

Agrarian Geography and science's social responsibility

La Geografía Agraria y la responsabilidad social de la ciencia

Larissa Mies BOMBARDI

Geógrafa, Mestre e Doutoranda em Geografia Humana
Universidade de São Paulo (USP).
Endereço eletrônico: larissab@usp.br

Resumo: O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão a respeito da importância dos conceitos com os quais trabalhamos. Esta importância diz respeito à geografia, enquanto ciência, mas evidentemente, não só à ela, posto que o conhecimento produzido cientificamente tem ação direta na sociedade e, sem dúvida, dá respaldo às políticas públicas. Algumas idéias e conceitos têm sido importados pela geografia agrária, de autores da economia ou da sociologia, sem que uma reflexão aprofundada sobre o significado dos mesmos tenha sido feita. Entre estas idéias tem tomado força a "de novo rural", segundo a qual o campo brasileiro tem se tornado mais moderno e cada vez menos agrícola e mais "plural". Há três grandes perigos nesta concepção: o primeiro é o de não enxergar a peculiaridade do campesinato enquanto classe social e, portanto, negligenciar a especificidade de sua ação e trajetória. O segundo é que neste caminho de entendimento não há possibilidade de compreender a ação dos movimentos sociais no campo, que têm como bandeira a execução de uma reforma agrária ampla. O terceiro, particularmente do ponto de vista da geografia, é que não se consegue abarcar a transformação do território em toda a sua contraditoriedade, determinada pelo modo de produção capitalista.

Palavras-Chave: Geografia Agrária, campesinato, movimentos sociais, reforma agrária e ideologia.

Abstract: The objective of this article is to make a reflection about the importance of the concepts that we work. That importance is about geography, as a science, but evidently, not just to it, since the knowledge produced scientifically makes a direct action in society, and certainly, give foundation to the public policy. Some concepts and ideas have been imported by the agrarian geography, from economy or sociology authors, without a profound reflection on its significations. Among this ideas has gain strength the idea of "new rural, according to which the brasilian country have becoming more modern and less and less agricultural and more "plural". There are three big dangers in this conception: firstly is about don't see the peculiar of the peasant as a social class and, thus, neglect the specify of its action and trajectory. Secondly is that in this way of understanding there aren't possibility to comprehend the action of the social movement in the country, that have as flag the accomplishment of a wide agrarian reform. Thirdly, particularly on the geography point of view, is not possible to comprise the territory transformation in the totality of its contradictions, determined by the capitalist way of production.

Keywords: Agrarian Geography, peasant, social movements, agrarian reform and ideology.

Resúmen: El objetivo de este artículo es una reflexión al respecto de la importancia de los conceptos con los cuales trabajamos. Esta importancia dice respecto de la geografía como ciencia, pero evidentemente, no sólo a ella, puesto que el conocimiento producido científicamente tiene acción directa en la sociedad y, sin duda, da un respaldo a las políticas públicas. Algunas ideas y conceptos fueron importados por la geografía agraria, de autores de la economía o de la sociología, sin una reflexión profundizada sobre el significado de los mismos que ha sido hecha. Entre las ideas ha tomado fuerza la de "nuevo rural", según la cual en el campo brasileño se ha tornado más moderno y cada vez menos agrícola y más "plural". Hay tres grandes peligros en esta concepción: el primero es el de no mirar a la peculiaridad del campesinato como clase social y, por lo tanto, negligenciar la especificidad de comprender la acción de los movimientos sociales en el campo, que tienen como bandera la ejecución de una reforma agraria ancha. El tercero, particularmente del punto de vista de la geografía, es que no se consigue abarcar la transformación del territorio en toda su contraditoriedad, determinada por el modo de producción capitalista.

Palabras-clave: Geografía agraria, campesinato, movimientos sociales, reforma agraria e ideología.

Introdução

O objetivo deste artigo é fazer uma reflexão a respeito da importância dos conceitos com os quais trabalhamos. Esta importância diz respeito à geografia, enquanto ciência, mas evidentemente, não só à ela, posto que o conhecimento produzido científicamente tem ação direta na sociedade e, sem dúvida, dá respaldo às políticas públicas.

Algumas idéias e conceitos têm sido importados pela geografia agrária, de autores da economia ou da sociologia, sem que uma reflexão aprofundada sobre o significado dos mesmos tenha sido feita.

Entre estas idéias tem tomado força a "de novo rural", segundo a qual o campo brasileiro tem se tornado mais moderno e cada vez menos agrícola e mais "plural". Os camponeses, nesta concepção, vão deixando de dê-lo para tornarem-se agricultores familiares (uma espécie de pequenos empresários do campo) ou simplesmente assalariados.

Há três grandes perigos nesta concepção: o primeiro é o de não enxergar a peculiaridade do campesinato enquanto classe social e, portanto, negligenciar a especificidade de sua ação e trajetória. O segundo é que neste caminho de entendimento não há possibilidade de compreender a ação dos movimentos sociais no campo que têm como bandeira a execução de uma reforma agrária ampla. O terceiro, particularmente do ponto de vista da geografia, é que não se consegue abarcar a transformação do território em toda a sua contraditoriedade, determinada pelo modo de produção capitalista.

A Geografia enquanto ideologia

Sabemos que a Geografia se institucionalizou enquanto ciência muito mais como uma ideologia do que propriamente uma filosofia, já diria Milton Santos, em *Por uma Geografia Nova*.

Este caráter ideológico da Geografia não se restringe ao passado, a própria história do pensamento geográfico é em si ideológica, uma vez que alija de nosso conhecimento autores como Élisée Reclus e Piotr Kropotkin.

Foi justamente no âmbito de produzir um pensamento para a reprodução da ordem estabelecida que a geografia se institucionalizou enquanto ciência, ou de maneira ainda menos sutil, a geografia investigou diretamente conhecimentos necessários para a expansão do capitalismo:

De acordo com Carlos Walter Porto Gonçalves, em seu trabalho *De Geografia às Geografias: Um mundo em busca de novas territorialidades*:

O pensamento moderno europeu pouco a pouco vai construir uma geografia imaginária onde as diferentes qualidades dos diferentes povos e culturas, que 1492 pôs em assimétrica relação, serão dispostas num continuum linear que vai da natureza à cultura, ou melhor, da América e da África, onde estão os povos primitivos mais próximos da natureza, à Europa, onde está a cultura, a civilização. E dominar a natureza, sabemos, é o fundamento da civilização moderna construída pelos europeus à sua imagem e semelhança e, para isso, os povos a serem dominados foram assimilados à natureza começando por considerá-los selvagens que significa, rigorosamente, os que são da selva, logo, aqueles que devem ser dominados pela cultura, pelo

homem (europeu, burguês, branco e masculino). Vê-se, logo, que a invenção do europeu civilizado é, ao mesmo tempo, a invenção do selvagem e, assim, a invenção da modernidade é inseparável da invenção da colonialidade. (GONÇALVES, 2001:2).

De fato, nossa geografia oficial foi sempre marcada por uma visão colonialista do mundo, em que ao mesmo tempo que forjava um pensamento científico, naturalizando a desigualdade entre os povos, nutria politicamente, com o respaldo científico, a “missão civilizadora” da Europa, portadora da visão moderna à qual Carlos Walter se refere.

Por outro lado, felizmente, o pensamento científico geográfico não aflora apenas como ideologia, ao contrário, surpreende-nos ler as palavras de KROPOTKIN (1986:6-7):

Quando um político francês proclama recentemente que a missão dos europeus era civilizar algumas delas [as outras raças] – ou seja, com as baionetas e as matanças de Bac-leh-, não fazia mais do que elevar à categoria de teoria os mesmos fatos que os europeus estão praticando diariamente.

Até agora os europeus têm civilizado os selvagens com whisky, tabaco e seqüestro; os têm inoculado com seu vírus; os têm escravizado.

Percebe-se com que fantástica clareza o *geógrafo libertário* vê a “missão civilizadora européia” e, deixa antever o papel da ciência enquanto ideologia, ao qual ele se opõe radicalmente, especialmente quando afirma claramente que o papel da geografia é ser um meio para anular os estereótipos e combater os preconceitos inculcados com relação às “raças inferiores” (os não brancos).

Se a geografia aflora colonialista e ideológica, o que é verdade, ela também aflora libertária, ainda que “exilada” em sua própria história e, Kropotkin, como Reclus, viveram este exílio literalmente no cotidiano de suas vidas.

Surpreende-nos hoje, portanto, ler os geógrafos que conseguiram ter uma visão para além de seu tempo, na contra-mão da ideologia. O trecho abaixo, de Kropotkin (1842-1921) foi escrito em uma época em que o pensamento malthusiano estava no auge:

Em suma, podemos dizer que a teoria de Malthus, ao revestir de uma forma pseudocientífica as secretas aspirações das classes possuidoras da riqueza, veio a ser o fundamento de todo um sistema de filosofia prática, que, penetra na mente de todas as classes sociais, veio a reacionar (como sempre faz a filosofia prática) sobre a filosofia teórica de nosso século. (KROPOTIN, 1986:25-6).

É fantástico o pensamento do “geógrafo libertário”, sobretudo se considerarmos a época em que viveu: revela a “pseudo-ciência” como forma de reproduzir no nível do pensamento as idéias necessárias para a reprodução da desigualdade social.

Não é mero acaso portanto, que tenha sido “esquecido” na história de nosso pensamento. Kropotkin morreu em 1921, quantas e quantas obras depois da sua, foram feitas sem sequer tangenciar o tipo de pensamento que ele produziu?

Carlos Walter tem um trabalho muito importante para a reflexão sobre a história do pensamento geográfico que é “A geografia está em crise, viva a geografia!”. Este trabalho foi publicado no BPG 55, como resultado de sua fala no Encontro de Geógrafos em Fortaleza de 1978, Encontro que foi considerado um marco no pensamento da Geografia Crítica brasileira.

Neste texto ele aborda a passagem de uma corrente para outra no pensamento geográfico, por exemplo do determinismo para o possibilismo, mostrando como estas mudanças foram sempre no sentido de permanências: mudava-se o enfoque, mas o objetivo da geografia enquanto ciência ainda permanecia o mesmo.

O possibilismo realmente obstaculizou a compreensão deste caráter de dominação que o imperialismo assume. Ao isolar cada comunidade para o estudo das inter-relações homem-meio, cumpria bem o seu papel de dividir o espaço, segmentá-lo em regiões estanquizadas, deslocando assim a análise do espaço do seu real movimento. Desta forma foi eficiente em sua missão de preparar o terreno para a expansão do capital monopolista financeiro, para a partilha do mundo segundo os interesses imperialistas”. (GONÇALVES, 1978:15).

É evidente que a geografia agrária fez parte do mesmo processo de construção ideológica. Temas como por exemplo o do latifúndio, foram abordados por Reclus e voltaram a ser abordados novamente apenas com o desenvolvimento da geografia crítica, cerca de quase cem anos mais tarde.

A reflexão que Reclus nos propõe, por incrível que pareça, é extremamente atual. Vale à pena que retomemos um trecho grande de seus escritos para que tenhamos a real dimensão da abordagem que ele propunha:

Seja por efeito da herança feudal, como na Grã-Bretanha, na Alemanha do Norte, na Lombardia, seja em virtude de conquista, como na Irlanda, seja por grandes aquisições, como na Austrália, a divisão da terra em latifúndio tornou-se regra em certas regiões, onde os verdadeiros trabalhadores são quase sempre excluídos de qualquer parcela de posse no terreno produtivo. Cita-se principalmente o exemplo clássico do norte da Escócia, onde o território está, por assim dizer, inteiramente nas mãos de alguns privilegiados, muitos dos quais não conseguiriam atravessar sua propriedade a galope em um dia; em contrapartida, a maior parte sequer se preocupou em explorá-la, bastando-lhes receber a renda. (grifos meus).

Se ilustres agrônomos, que eram ao mesmo tempo grandes proprietários, introduziram em certos países excelentes métodos de cultivo, se trataram seus campos com ciência, como fábricas de produtos químicos onde são aplicadas as mais recentes técnicas, tornaram conhecidas novas espécies de plantas ou de animais ou ainda praticaram processos de produção desconhecidos até então, é preciso não se esquecer de que o latifúndio, em sua essência, comporta fatalmente a privação da terra para um grande número: se alguns têm muito, é porque a maioria não tem nada. Alguns grandes proprietários, atraídos pela paixão da terra, podem também ter a ambição de ser admirados como benfeitores locais; mas o fato de que a grande propriedade devora a terra ao seu redor é um desastre apenas menor que a devastação e o incêndio; ela termina, aliás, por chegar ao mesmo resultado, isto é, à ruína das populações e muitas vezes à própria ruína da terra. (RECLUS, 1985:84-5).

Seja como for, pode-se indagar se a grande propriedade, enaltecida como a iniciativa do progresso, não é em seu conjunto, pela soma de suas influências, menos eficaz do ponto de vista dos melhoramentos materiais que a pequena propriedade, por mais dividida que seja. Se quisesse, na economia geral da França, medir com minúcia, de um lado, todos os excedentes de lucro devidos à gerência de um só em vastas propriedades, e de outro, todos os desperdícios causados às comunas pelos parques reservados a raros privilegiados, pelos territórios de caça, pelos matagais que substituem as pequenas propriedades, talvez a balança pendesse bem para o lado do prejuízo e a grande propriedade continuasse para os povos modernos o que ela foi para os antigos, o flagelo da morte. Por outro lado, na pequena propriedade a iniciativa conseguiu prosperar até entre os horticultores e pequenos cultivadores do mesmo modo que entre os ricos agrônomos, embora com menos fausto e menos publicidade. O pobre é sem dúvida rotineiro e não arrisca seus poucos centavos sonogados ao fisco e à usura senão com grande prudência, mas mesmo assim os arrisca; alguns sabem observar, experimentar, aprender: as gerações, os séculos não passam para eles sem que tenham realizado experiências duráveis. (RECLUS, 1985:90-1).

Reclus nos coloca questões extremamente importantes do ponto de vista social, que estamos refletindo na atualidade, e que são indispensáveis na discussão da questão agrária. Entre outros elementos ele aborda a maneira como é feita a apropriação da terra e propõe que esta deva ter um caráter social. Ele aborda também os efeitos nefastos da grande propriedade sobre o meio ambiente e, ainda mais, mostra que as pequenas propriedades são mais produtivas que as maiores! Enfim, põe em discussão a terra como reserva de valor e como mercadoria.

Vê-se que o pano de fundo de suas reflexões é a compreensão da sociedade, de como ela se estabelece e se reproduz e, mais do que isto, a busca e a proposição de uma sociedade mais justa. Transparece em sua obra o entendimento da sociedade (e não do homem) como eixo central da preocupação geográfica. A insurgência (ou o incômodo) de seu pensamento fica ainda mais evidente quando pensamos a época em que viveu, foi por exemplo contemporâneo de Vidal de La Blache, que nasceu apenas 13 anos antes que Reclus.

Não é novamente, obra do acaso, que tenha sido deixado de lado na história do nosso pensamento, ou, como diria Carlos Walter (Gonçalves, 1978:13): "O esquecimento de Reclus evidencia que as instituições burguesas sabem selecionar dentre os cientistas aqueles que lhes permitem desenvolver e reproduzir a sua forma de regime social". Nada mais pertinente para a reflexão da ciência como ideologia.

Pode-se dizer que a raiz da geografia agrária brasileira se encontra fundamentalmente na escola historicista alemã, sobretudo naquilo que resultou das oposições positivistas e historicistas no seio da geografia, tendo o conceito de região a partir de Hettner tomado lugar central. Quando Leo Waibel, discípulo de Hettner, introduz a geografia agrária no Brasil (em 1946, a convite do Conselho Nacional de Geografia) o faz trazendo a idéia de que o papel do geógrafo é de descrever as diferenças espaciais da agricultura enquanto um fenômeno da superfície terrestre. As relações sociais estavam longe de ser o eixo central nas análises realizadas, e a neutralidade da ciência era posta como um ponto indiscutível.

É, portanto na escola historicista, que surge o pensamento da geografia agrária clássica. Evidentemente, não há um "purismo historicista": há traços de positivismo especialmente na separação homem/natureza e, sobretudo, na força tremenda pela busca da "neutralidade científica".

Obviamente não encontraremos no trabalho de Waibel a referida neutralidade, pelo contrário:

Numa de suas constatações, publicada no texto "O homem no espaço sul-africano", Waibel afirmou que: "o espaço sul-africano é hoje um espaço do homem branco; só ele é proprietário de terras e é produtivo através do seu trabalho. O autóctone perdeu a sua autonomia econômica e trabalha como empregado a serviço do homem branco".

E concluiu dizendo que: "o futuro de toda a população branca na África do Sul é colocada em jogo, quando a questão racial não é corretamente abordada. O espaço é terra do homem branco, aqui ele pode viver e trabalhar e ele deve, em favor de seu próprio interesse, excluir a população negra do direito à terra e ao trabalho". (ETGES, 1997: 29-30)

Não só seu trabalho não se aproximava de uma neutralidade, como, pelo contrário, era carregado de preconceitos e justificador do colonialismo alemão.

Em sua definição de geografia agrária Waibel (1958:4) afirma que "Para a geografia ... a agricultura é um importante fenômeno da superfície da terra e é sua atribuição tentar descrever a sua diferenciação espacial, procurando ao mesmo tempo esclarecer as forças atuantes". Nota-se que o papel da geografia restringe-se à descrição da agricultura e sua diferenciação espacial.

Reclus, 50 anos antes, quando publicou "O homem e a terra" afirmou que "o problema da agricultura deve ser estudado não à parte, mas em suas relações com o conjunto da questão social" (1985:95).

Infelizmente a geografia não prosseguiu no caminho apontado por Reclus, continuou alterando-se para permanecer a mesma em sua missão reprodutora dos valores e conhecimentos da/para expansão capitalista.

Pierre Monbeig, que veio compor os quadros da Universidade de São Paulo na década de 30, substituindo Deffontaines e permanecendo por 12 anos na direção da AGB, também teve uma importância grande na formação dos primeiros geógrafos que trabalharam com a temática agrária, entre os quais podemos destacar Nice Lecoq Müller e Pasquale Petrone.

Monbeig escreveu a conhecida obra "*Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*". Representante do historicismo clássico, Monbeig, como Waibel, tinha um olhar centrado no desenvolvimento, no moderno, o que de outra forma significou que não lograva fazer uma análise centrada nas questões reais que estavam por trás da sociedade que via, assim, viu o índio brasileiro com um olhar repleto de preconceitos. Segundo Bray (1983:84):

... o pensamento da "escola francesa" no Brasil que teve em Pierre Monbeig um ilustre e competente representante, incorporou o positivismo como método, o liberalismo político como doutrina, e a abordagem sistêmica-organicista como prática; predominando a teoria do equilíbrio entre o homem-natureza e dos homens entre si através da geografia da solidariedade.

A idéia de equilíbrio entre homem e natureza em Monbeig escamoteava os conflitos sociais que estavam colocados, "homem-meio" como sempre - o homem genérico que perdurou no discurso geográfico - nega a ação que é fundamentalmente social em qualquer apropriação que é feita do espaço.

Esta postura de entendimento começa a se transformar com a produção geográfica que aparece nos trabalhos de Orlando Valverde e Manuel Correia de Andrade.

Valverde, em sua obra *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*, afirma que há quem duvide da existência de um problema agrário brasileiro por conta da sua posição na produção

agropecuária mundial ou por conta da dimensão de sua área, entretanto, argumenta que não são estes elementos que indicam se há problema agrário ou não, mas sim, "a resposta a esta pergunta: Qual é a situação do homem rural no contexto sócio-econômico do país?" (1981:232).

Orlando Valverde avança assim em uma direção completamente oposta àquela de seu mestre, na medida em que passa a colocar no centro de sua preocupação o contexto "sócio-econômico", ou seja, discutir a questão agrária no âmbito da geografia proposta por Valverde passava necessariamente por compreender a maneira como a terra estava sendo apropriada e o que isto significava do ponto de vista social.

Valverde, grande admirador de seu mestre Leo Waibel, deixa a "neutralidade" que era central na escola historicista e passa a uma abordagem marxista-historicista, em função de seu posicionamento político. Rompe, de certa forma, com o próprio dualismo que vivia: o da ciência separada da compreensão e postura frente à realidade social (OLIVEIRA,1978).

Manuel Correia de Andrade, caminha na mesma direção quando escreve *A Terra e o Homem no Nordeste*, estudando a questão agrária procurando enxergar o modo de produção predominante no campo, as relações sociais e a luta pela terra (FERNANDES, 1998).

Ainda em Estudos de Geografia Agrária Brasileira Valverde, em um capítulo que havia sido escrito em 1961 "Regionalização da Reforma Agrária", diz que para a reforma agrária ser democrática dois grupos devem ser ouvidos: os técnicos e os camponeses da região. Afirma também que não se deve fazer reforma agrária em terras longínquas "assim o desejam os opositores da reforma agrária" e que o único objetivo fundamental da reforma agrária: "é o soerguimento econômico e social das populações rurais" - adotando uma postura deliberadamente política, já em total consonância com sua abordagem científica.

O legado destes autores é realmente indiscutível, sobretudo quando consideramos o salto dado com relação à geração anterior.

É no desenvolvimento da Geografia Crítica como um todo, que a geografia agrária adquire o caráter despontado por Valverde. O Marxismo passa a ter preponderância na compreensão da realidade e o espaço passa a ser compreendido como fruto de uma relação que é por excelência social.

Ariovaldo Umbelino de Oliveira tornou-se o principal representante desta corrente onde a preocupação social não só é admitida como é deliberada, neste âmbito é que temas como conflitos por terra, violência e movimentos sociais no campo passam a ser abordados. De acordo com (FERNANDES,1998:106):

... um dos primeiros trabalhos de ruptura nos estudos de Geografia Agrária é a tese de doutorado de Ariovaldo Umbelino de Oliveira "*Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen*". Este trabalho 'introduz os conceitos básicos do materialismo histórico e do materialismo dialético, elementos fundamentais para uma introdução crítica às ideologias dos trabalhos desenvolvidos em Geografia Agrária, particularmente no Brasil'.

Esta corrente dentro da geografia agrária tem permitido que abarquemos o campo em sua totalidade, possibilitando-nos compreender desde os movimentos sociais, passando pela expansão do capitalismo no campo e a concomitante reprodução do campesinato neste processo.

O velho rural brasileiro

Tem virado moda nos últimos tempos ouvirmos falar em um "novo rural brasileiro". Há alguns meses, em uma destas listas de Geografia da rede internet havia uma mensagem cujo título era este: "O Novo Rural Brasileiro". O conteúdo da mensagem tratava dos resultados de uma pesquisa coordenada pelo nosso Ministro Especial da Fome, José Graziano. Esta pesquisa indicava que o rural hoje já não é mais apenas rural (quer dizer relacionado apenas à agricultura) e mostrava como o nosso rural é plural: com produções desde aves raras, passando por alface hidropônica até um grande número de pesque-pagues e hotéis-fazenda.

Curiosamente nada foi mencionado sobre a terra no Brasil, a maneira como tem sido apropriada e os movimentos sociais no campo.

Fazer uma abordagem social da realidade implica necessariamente enxergar como são as relações sociais. Parece óbvio, mas não é.

Não é possível tentar compreender o campo no Brasil, em sua totalidade, sem compreendermos como se deu e como se dá a apropriação da terra. Não é possível pensar o rural negligenciando os movimentos sociais no campo que têm aumentado sua ação de pressão em função de uma expectativa positiva de um governo popular como o Governo Lula.

Sabemos que a grande raiz da fome no Brasil está na nossa formação territorial cujo capítulo especial é o da maneira como a terra foi e está sendo apropriada. A nossa Lei de Terras de 1850, apesar do nome, foi elaborada justamente para impedir o acesso à terra. Foi, antes de mais nada, a transformação da terra em propriedade privada, em mercadoria. Toda a formação do nosso campesinato esbarrou na propriedade da terra, o campesinato brasileiro em grande parte sempre foi sem terra. (Martins, 1990).

O Governo Fernando Henrique fez um grande esforço para convencer a todos nós que havia um "novo rural". Esse novo rural brasileiro seria moderno e socialmente mais justo, fruto da ação de seus dois mandatos.

Ocorre que os acontecimentos dos últimos meses têm demonstrado de maneira inegável toda a força e vitalidade do "velho rural brasileiro".

Cai diante de nossos olhos a fina maquiagem com que se tentava fingir rejuvenescer o nosso *velho rural*.

Um grande empenho midiático foi feito neste sentido, mostrando nas redes de televisão as porteiras abertas para o "trabalhador pacífico", que para alcançar a sonhada terra bastava fazer uma inscrição no correio.

Claro que o esforço não foi apenas midiático, foi um esforço muito bem estruturado com sustentáculos também no âmbito da justiça, através da criminalização das ocupações de terra (através da Medida Provisória 2318), e da Ciência. Ciência com "C" maiúsculo com seus papas afirmando que a reforma agrária estava sendo realizada no Brasil a contento (não seria realmente necessário assentar muita gente pois a juventude, nesta concepção, não quer ficar no campo – ver Boletim NEAD nº 131) e que o país estava conhecendo um "novo rural", mais "moderno" e justo.

Ocorre que as últimas ocupações de terra e marchas dos movimentos sociais têm posto a nu o poder do latifúndio no Brasil.

O Brasil não só foi um dos países com pior concentração fundiária do mundo, como ainda é. Oliveira (2003) nos mostra que temos as pequenas propriedades, com menos de 100 hectares - que são 84% dos estabelecimentos agrícolas - ocupando apenas 17% da área total. Em contrapartida os maiores estabelecimentos - com mais de 1000 hectares - que correspondem a apenas 2,4% do número total de estabelecimentos - ocupam 50% da área. Oliveira (2003) nos mostra também que se somarmos a área das 27 maiores propriedades rurais no Brasil, temos uma área equivalente ao estado de São Paulo inteiro.

Estes dados são uma fotografia da nossa realidade.

O mecanismo do latifúndio hoje - que espantosamente é improdutivo ou extremamente produtivo da monocultura (excludente de pessoas e devastador do meio ambiente) - se apresenta exatamente da mesmíssima maneira como já havia se apresentado em outros momentos de nossa história quando da atuação de outros movimentos sociais. O que nos permite jocosamente dizer que ao contrário de estarmos diante de um novo rural, estamos na verdade, diante de nosso "Velho Rural".

Vemos nas primeiras páginas de nossos jornais a população saqueando caminhões com alimentos, no nordeste. É preciso frisar: são alimentos saqueados e não qualquer outra coisa.

Josué de Castro escreveu o "*Geografia da Fome*" na década de 40. Portanto, sessenta anos depois estamos vivenciando exatamente o mesmo problema. Enquanto isso o Brasil - não bastasse a enorme concentração fundiária - tem cerca de 60% de suas terras agriculturáveis improdutivas.

Não há dúvida de que um dos maiores, senão o maior motivo, da origem da fome no país é a apropriação que foi feita deste território.

É isso que os movimentos sociais, em especial o MST, estão trazendo para a ordem do dia. Estes movimentos estão colocando em questão a incoerência de um país com 60% das terras improdutivas e 30 milhões de miseráveis.

Em contrapartida, desta ação dos movimentos sociais, colocando em questão a apropriação da terra, temos visto nos jornais e canais televisivos a expressão da tremenda força que o

latifúndio tem no Brasil: João Pedro Stédille, um dos líderes do MST é chamado de "Stalin" pelo Arnaldo Jabor (Rede Globo, Jornal Nacional de 25/07/2003) em um canal que atinge 99,9% das casas brasileiras e em um horário em que a audiência está no pico.

Abrimos o jornal e lemos títulos de matérias como:

"ruralistas se organizam na Babia e contratam milícias" (O Estado de São Paulo, 9/8/2003) e *"Exército particular está a postos no Ponta"* (O Estado de São Paulo, 3/7/2003) com declarações de latifundiários desse tipo: *"Nossa linha é de evitar o confronto do produtor com o sem-terra, mas estando, inclusive disposto a fazê-lo não descartando a possibilidade de usar recursos mais violentos"* (O Estado de São Paulo, 9/8/2003).

Estamos diante de declarações públicas como esta, à luz do dia, e isso não é "caso de polícia" no Brasil! Ao contrário, houve uma proposta da bancada ruralista para que fosse aberta uma CPI para investigar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, após o Presidente da República ter recebido membros do movimento e ter colocado na cabeça o boné que recebeu de presente. Curiosamente nunca houve uma CPI pra investigar, por exemplo, a grilagem de terras no Brasil.

Josué de Castro escreveu o *"Geografia da Fome"* em 1946, justamente no período em que estavam surgindo as Ligas Camponesas, um movimento social enorme de luta pela reforma agrária que surgiu no Nordeste e acabou se alastrando pelo Brasil todo durante a década de 50.

Em 1961 foi aberta uma CPI no Congresso para investigar a atuação das Ligas. Ou seja, quarenta anos depois vemos a força dos latifundiários agindo exatamente da mesmíssima maneira.

Talvez por isto é que a primeira frase que o Josué escreve no *Geografia da Fome* é: "O assunto deste livro é bastante delicado e perigoso".

De fato o assunto é bastante delicado e perigoso pois diz respeito à forma como a terra foi e está sendo apropriada no Brasil.

Há poucos anos vivemos no Brasil dois grandes massacres de sem-terra - mostrados ao mundo inteiro - além de todas as outras mortes que a Comissão Pastoral da Terra tem cuidadosamente documentado (todas elas sem o julgamento adequado, quando chegam a julgamento).

Só em 2001 tivemos 880 conflitos no campo totalizando 29 pessoas assassinadas e ainda assim vemos a imprensa "trabalhando duro" para mostrar a legitimidade dos ruralistas se armando. (Comissão Pastoral da Terra, 2002).

Há alguns momentos de nossa história recente que nos mostram com uma clareza irrefutável a semelhança com o momento atual.

Durante os nos 50 tivemos no Brasil as Ligas Camponesas, movimento que teve início no Nordeste ainda no final da década de 40 e se espalhou pelo país todo na década seguinte. Foi um movimento social enorme de luta pela reforma agrária que começou em um engenho de açúcar de Pernambuco e tomou grandes proporções justamente no período da Guerra Fria.

Em 1958, foi eleito em Pernambuco um governador de esquerda, Cid Sampaio, comprometido com os projetos da Carta de Salvação do Nordeste. O Governador "desengavetou" um projeto para a desapropriação da Fazenda Galiléia. Essa ação foi realizada com o apoio de parte da população (que havia participado do Congresso de Salvação do Nordeste em 1955) e com a pressão de centenas de camponeses, que se reuniram em torno da Assembléia onde os deputados aprovaram a desapropriação - "justa, prévia e em dinheiro" da área. (Bastos, 1984).

Esta medida causou uma enorme polêmica. A imprensa evidentemente assumiu o "seu papel". O Jornal o Estado de São Paulo (o mesmo das matérias mencionadas anteriormente) posicionou-se absolutamente contra a desapropriação, afirmando que tal medida era um atentado à propriedade privada, o começo de uma revolução, entre outras coisas.

O fato é que, no final da década de 50, só no Nordeste, as Ligas tinham por volta de setenta mil associados, o que preocupou a elite em demasia, de forma que foi aberta uma CPI, em 1961, para investigar a atuação das Ligas que já estavam espalhadas pelo país.

Ora, que "coincidência" com o momento atual, não é mesmo?

Os latifundiários muito bem representados na imprensa e no Congresso: uma CPI para investigar as Ligas. Como agora, a proposta de uma CPI para investigar o MST, 40 anos depois!

Será mesmo que estamos diante de um novo rural?

Às vésperas do Golpe Militar não só as Ligas no Nordeste estavam extremamente bem articuladas como tivemos diversos outros movimentos sociais no campo. Em São Paulo houve o movimento do Arranca Capim, em 1959 em Santa Fé do Sul, e a ocupação de uma fazenda em Marília, em 1960, por posseiros organizados pelo Partido Comunista.

As décadas de 40 e 50 marcaram o campo paulista com movimentos sociais e expansão do Partido Comunista. Os documentos da polícia são extremamente reveladores. Entre eles podemos ver um radiotelegrama de 1942 do delegado de Londrina dirigido ao delegado de Marília solicitando que este o informe o que há contra o Sr. Bento Paiva nesta delegacia "*Afim de instruir inquérito policial flagrante contra o comunista ... esteve preso nesta cidade ... envolvido em acontecimentos subversivos no município de Porecatu nesse Estado...*" e outros documentos com caráter parecido ao longo da década de 50.

Neste contexto foi aprovada em São Paulo, no Governo Carvalho Pinto, uma Lei chamada Lei de Revisão Agrária que objetivava assentar de 500 a 1000 lavradores anualmente (um número reconhecidamente pequeno já naquela época) em terras públicas ou privadas, neste caso mediante indenização em dinheiro. Os recursos para a implantação da Lei viriam do Imposto Territorial Rural (que naquela época era recolhido pelos estados da União) que seria cobrado progressivamente quanto maior e menos produtiva a propriedade.

O Governo do Estado de São Paulo, justamente para conter os movimentos sociais, se adiantou naquilo que mais tarde veio a ser o Estatuto da Terra, para o qual várias pessoas envolvidas na elaboração da Lei de Revisão Agrária foram chamadas a participar.

Ocorre que houve uma reação tremenda à Lei.

Setores conservadores da Igreja Católica (Ligados à TFP – Tradição Família e Propriedade) fizeram uma manifestação contrária à sua aprovação publicando em um livro - intitulado "*Reforma Agrária: Questão de Consciência*", (escrito por Dom Antônio de Castro Mayer, Bispo de Campos e Dom Geraldo de Proença Sigaud, Bispo de Jacarezinho) – a seguinte análise da Lei de Revisão Agrária:

Revisão agrária, "Reforma agrária" e socialização agrária total não serão três etapas de uma mesma revolução?... Em 1959 houve o lamentável ato do Governo de Pernambuco, desapropriando as terras do engenho Galiléia, ilegalmente ocupadas pelos seus rendeiros, arregimentados pelas Ligas Camponesas daquele Estado, para venda aos mesmos usurpadores do direito de propriedade. É o primeiro caso do gênero no País, que pode vir a ter graves conseqüências para a sobrevivência do regime de livre-iniciativa no Brasil, pois, uma vez que a propriedade particular deixa de ser garantida pelo poder público, retira-se do sistema uma das mais importantes molas propulsoras da atividade econômica e, por conseguinte, do progresso material da Nação... chama a atenção a debilidade a que ficaria reduzida a propriedade privada caso tal projeto [da Revisão Agrária] fosse aprovado, sem modificações, pela Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo... A Secretaria da Fazenda poderá eventualmente estabelecer reavaliações tais que "decapitem" cada ano toda uma nova categoria de estabelecimentos rurais. Assim, em última análise, ficarão numerosíssimas propriedades postas à mercê do Poder Executivo.

Os bispos autores deste livro estiveram na Assembléia Legislativa em São Paulo, em 1960, falando aos deputados paulistas com o propósito de evitar a aprovação da Lei de Revisão Agrária. A revista da Sociedade Rural Brasileira "A Rural" trouxe em sua edição de novembro de 1960 uma propaganda deste livro, que tinha o seguinte caráter: "*Todos devem ler! ... 2 bispos e 2 intelectuais escreveram este livro, no qual apontam os aspectos socialistas e anti-cristãos da Reforma Agrária*".

A lei de Revisão Agrária, não decapitava os estabelecimentos rurais, ao contrário, reforçava o direito de propriedade na medida em que indenizava em dinheiro (em valor de mercado) as propriedades desapropriadas. Mesmo assim, tocar na questão da propriedade da terra estava fora de cogitação.

A propriedade estava acima da vida.

Os rendeiros das Ligas Camponesas foram chamados de "usurpadores"! É muito parecido com o "manifesto" de São Gabriel em que os ruralistas chamam os sem terra de ratos. Ratos ou usurpadores, são sinônimos.

Vivemos, já naquela época, uma retórica extremamente bem tecida onde as vítimas passam a ser os réus!

Várias associações de ruralistas posicionaram-se contra a Lei de Revisão Agrária, sob o argumento de que era uma lei de confisco e fundada em princípios socialistas.

Abrimos os jornais e vimos, após o encontro de Lula com o MST, a declaração do Presidente da Sociedade Rural Brasileira de que havia entre os ruralistas a sensação de *frustração e raiva* com relação ao Presidente da República. Lemos também declarações do presidente da Confederação Nacional da Agricultura que a imagem de Lula ficou *maculada*, por ter colocado o boné do MST. Declarações de que Lula agiu como um sindicalista e não como Presidente da República. Ou seja, esperam do atual governo uma ação em direção contrária dos pressupostos que o elegeu.

Estas declarações são “amostras grátis” do poder do latifúndio no país. Um país com 60% de suas terras agriculturáveis improdutivas e a vergonhosa posição de destaque em ter a segunda pior concentração fundiária do planeta. Tudo isto em um Brasil de 32 milhões de miseráveis. Ainda assim os grandes “proprietários” se dão o direito de ficarem “ofendidos” e produzem documentos de incentivo ao genocídio. De novo à luz do dia.

Onde está o novo rural?

O Governo Fernando Henrique produziu números (literalmente) para provar que estava fazendo reforma agrária (CPT, 2002). Utilizou-se longamente de comerciais na televisão para comprovar que estava concretizando a reforma agrária, víamos a porteira aberta ao “trabalhador pacífico”.

O Governo Fernando Henrique contou também com intelectuais prontos para afirmar que a reforma agrária estava sendo realizada a contento e que estávamos diante de um novo rural.

Ocorre que a farsa dos números de Fernando Henrique não criaram um novo rural.

É o mesmo velho rural que se movimenta da mesma forma a cada vez que a estrutura agrária é “ameaçada”, e se mexe com os mesmos instrumentos, sempre com a mesma reação.

Ou melhor, estamos diante de um latifúndio que tem agora duas faces pois o caso do Brasil é muito particular: o capitalista também é proprietário de terras. Segundo Oliveira (2002: 26):

Essa modernidade produziu contraditoriamente, capitalistas latifundiários e latifundiários capitalistas, os agribusiness que não se cansam de clamar pelo fim dos subsídios agrícolas nos países desenvolvidos, insistem em pleno século XXI, na recusa de aceitar a reforma agrária como caminho, igualmente moderno, para dar acesso à terra a aqueles que querem produzir e viver no campo.

Na iminência da apresentação do II PNRA (Plano Nacional de Reforma Agrária) lemos nas manchetes dos jornais “*Plano de Lula deixa ruralistas inquietos*” (O Estado de São Paulo, 26/10/2003). Há no interior da reportagem um tom de intimidação por parte dos ruralistas que se manifestam da seguinte maneira: “*só espero que eles não estejam pensando em nos apresentar o plano depois de pronto*” (Declaração do Presidente da Sociedade Rural Brasileira – João de Almeida Sampaio Filho).

Dois dias depois, no mesmo jornal, lemos na ante-capa um artigo de Xico Graziano (devidamente identificado como: agrônomo, ex-presidente do Incra e ex-secretário da agricultura de São Paulo, para que o leitor esteja convencido de que trata-se de um profundo conhecedor do assunto) cujo título é “*A Farsa dos sem-terra*”. No referido artigo o autor desqualifica completamente o movimento social, chegando mesmo a ser extremamente preconceituoso, dizendo a respeito do acampamento em Presidente Epitácio, que “*famílias pobres e desempregados em geral se juntaram a aposentados, comerciantes, açougueiros, botequeiros, prostitutas, tudo quanto é tipo de gente*”, ou seja, as palavras escolhidas para adjetivar os sem terra vão em um crescendo assustador (até porque, comerciante, proprietário de açougue ou de bar, são sinônimos) para que nas entrelinhas fique a sensação de “tudo quanto é tipo de gente” não tem direito à nada, quanto mais à reforma agrária.

Afirma levemente que “*quando receberem o lote, eles o transformarão em terra de negócio e não de produção*”, para depois, contraditoriamente comparar os níveis de produtividade de grãos dos assentamentos e de produtores capitalistas. Níveis que evidentemente não são comparáveis, como já diria o Geógrafo Carlos Walter Porto Gonçalves no II Simpósio Nacional de Geografia Agrária (em 07/11/2003).

Para fechar o “artigo”, Xico Graziano, termina por dizer que “*Pode ser que, no Brasil, existam 160 mil famílias inscritas na fila da terra. Acampadas, mesmo, não ficam metade. E sem-terra de verdade não restam tantos. Sorte do Governo. Poderá driblar o embuste e cessar a sangria de recursos públicos num modelo furado de reforma agrária*”.

O que há por trás de seu artigo é a idéia de que o Governo Federal não deve assentar as famílias previstas no II Plano Nacional de Reforma Agrária, pois elas não ficarão no campo. Querem terra para negócio, são dadas à "trambiques" (palavra que ele utiliza), não têm "aptidão e cultura rural", como se o Brasil não fosse mais urbano do que rural há pouquíssimo tempo, como se na cidade não existisse o sonho do retorno à terra (até mesmo entre os de segunda e terceira geração na cidade), como se não houvesse aquilo que Klass Woortmann chama de campesinidade, como se por acaso, quando os trabalhadores do campo vieram para a cidade tivessem que ter tido "aptidão industrial ou cultura urbana" para serem operários.

O que há por trás deste discurso tão "amarrado" é o respaldo que os ruralistas necessitam para tentar inviabilizar o II PNRA. Então, o "agrônomo experiente" dá o veredicto científico e o jornal nos "informa" os resultados da "pesquisa científica", para que estejamos certos de que não há necessidade de reforma agrária no Brasil.

Em um *novo rural* não estaríamos vivenciando isto, não estaríamos com praticamente um terço do Congresso nas mãos dos ruralistas que conseguem da noite para o dia levantar a proposta de uma CPI para investigar o MST. Um novo rural não teria saque de alimentos no Nordeste, quase 60 anos depois de Josué de Castro ter escrito o "*Geografia da Fome*".

O que temos é um problema ainda não resolvido, uma questão agrária latente em um país miserável!

Temos o mesmo velho rural da nossa estrutura fundiária hedionda, com propriedades griladas, camponeses presos e assassinados e ruralistas fazendo ameaças públicas. Em um país em que praticamente 50% das terras estão nas mãos de menos de 2% dos proprietários.

Estamos diante de um tripé ideológico extremamente bem articulado, como já estávamos há 40 anos atrás, em que temos em cada uma das pontas: a imprensa, a justiça e a ciência.

Cada uma destas pontas cumpre perfeitamente seu papel de maquiagem a realidade agrária para nós todos.

A ciência produz "informação" de que o campo já está suficientemente modernizado e que não há como competir com a agricultura capitalista (negando ou desconhecendo o valor da produção camponesa) e que, portanto, não é necessário realizar a reforma agrária.

A imprensa cuida de nos trazer estas "informações" para nos provar que a reforma agrária é ineficiente. O Jornal o Estado de São Paulo produziu em agosto (a partir do dia 16) uma série de "reportagens" sobre a reforma agrária. O título na primeira página é: "*Radiografia da reforma agrária*". Abrimos o jornal e lemos: "*favelas rurais*" e "*um custo alto para um benefício discutível*".

Vimos, como afirmado, o Arnaldo Jabor chamando João Pedro Stédille de Stálin.

E, finalmente a Justiça, age realmente com os olhos vendados.

Vemos abertamente declarações de genocídio, podendo ler nas primeiras páginas dos jornais: "*UDR vê conflito iminente com os sem terra*" e, por outro lado José Rainha preso em uma "emboscada" feita pela própria justiça.

Estamos em um país cuja Constituição que diz claramente que a terra tem uma função social e que aquela terra que não está cumprindo esta função deve ser desapropriada e, ao mesmo tempo, temos os nossos juízes expedindo 54 mandados de prisão contra os sem terra.

Curiosamente não tem nenhum mandado de prisão para os fazendeiros do *Primeiro Comando Rural* que mostram os fuzis que têm, no Jornal Nacional.

Estamos diante de presos políticos.

O Juiz Átis de Oliveira (da região do Pontal do Paranapema) que decretou a prisão de José Rainha e Diolinda, acusa os líderes do movimento social de "chefes de quadrilha".

O Coronel Pantoja, por exemplo, o comandante do Massacre de Carajás foi condenado e está recorrendo em liberdade porque é "réu primário". Enquanto isto Diolinda, que luta pelo cumprimento da Lei estava até recentemente na cadeia, numa cela com outras nove mulheres, entre elas várias traficantes.

Isto é a criminalização da luta pela terra.

Não há CPI para averiguar a grilagem de terras e o manifesto de São Gabriel não é caso de polícia. Não ganha os jornais. A ameaça de despejar gasolina sobre os acampamentos de sem terra certamente não é tão séria quanto a expressão sabiamente manipulada de "ganhar a reforma agrária no tapa".

Em 1985 vimos a UDR se formar sob nossos olhos quando os movimentos sociais estavam reaparecendo e José Gomes da Silva esteve à frente do que seria o Primeiro Plano Nacional de Reforma Agrária. O resultado foi um fracasso.

Passados 20 anos, estamos vivendo um momento muito parecido. Os ruralistas novamente se organizando e, o que é pior, se armando para que uma reforma agrária séria não seja efetivada.

Vimos nos jornais televisivos de 01/11/2003 um fazendeiro da região do Pontal do Paranapanema preso pela Polícia Federal por ter um verdadeiro arsenal dentro de casa. A Polícia desenhou sobre uma mesa, com carreiras das balas encontradas, as iniciais PF, tal era a quantidade encontrada. Evidentemente nenhum destaque foi dado ao caso, nem mesmo nos jornais do dia seguinte, em que ao invés de tomar as primeiras páginas, as fotos eram pequenas e no interior de reportagens cujo título principal não era associado diretamente ao assunto.

Aí está o desafio do Governo Lula: lidar com o Velho Rural Brasileiro, que se arma fortemente a cada vez que a propriedade da terra é colocada em discussão.

Considerações finais

Os conceitos com os quais trabalhamos não são de maneira alguma neutros, é necessário que tenhamos consciência da raiz teórica com a qual trabalhamos e do que há por trás dos conceitos com os quais operamos, sob o risco de acharmos que, por exemplo, estamos diante de um novo rural, quando na verdade, o desenvolvimento do capitalismo, ao contrário do que se poderia supor, tem provocado o acirramento dos conflitos no campo.

Neste mesmo caminho há o risco de acharmos que os conceitos de campesinato e agricultura familiar são sinônimos, quando na verdade não são, expressam sim formas diferentes de interpretação da realidade e de posicionamento teórico dentro da própria geografia.

A compreensão da agricultura familiar, assentada na idéia de que estes já não são camponeses - e que, portanto, podem e devem até mesmo desenvolver outras atividades que não agrícolas - posto que estão imensamente envolvidos com o mercado, tem duas implicações que considero extremamente sérias, sobretudo se considerarmos o peso que esta concepção tem tido no direcionamento das políticas públicas no Brasil.

A primeira questão é que esta visão negligencia toda uma ordem de valores que se inserem no plano moral e, que, a despeito da integração destes camponeses no mercado, orienta-lhes a prática, a vida cotidiana e as relações que estabelecem com a sociedade global.

A segunda implicação está no fato de que esta abordagem não comporta uma explicação para os movimentos sociais no campo que lutam pela reforma agrária.

Por isto o legado de Reclus e Kropotkin, por exemplo, é tão importante: se não estivermos atentos para a história do pensamento geográfico, especialmente no que diz respeito à interpretação que fazemos da realidade, acabamos por achar que estamos construindo o "novo" quando na verdade estamos apenas maquiando o "velho", ou seja, reproduzindo a geografia enquanto uma ideologia.

É neste sentido que temos ouvido falar em "novo rural brasileiro" quando na verdade estamos diante do "nosso velho rural latifúndio" (muitas vezes maquiado/travestido pelo capital) que se arma todas as vezes que o tipo de apropriação da terra é questionado pelos movimentos sociais.

Bibliografia

- ANDRADE, M. C. de. "Prefácio". In: ANDRADE, M. C. (Org.). *Étiséé Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- ANDRADE, M. C. de. "Pierre Monbeig e o pensamento geográfico no Brasil". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 72, São Paulo, 1994, p. 63-82.
- BASTOS, E. R. *As Ligas Camponesas*. Petrópolis: Vozes, 1984.
- BOMBARDI, L. M. *O Bairro Reforma Agrária e o processo de territorialização camponesa*. São Paulo, 2001. Dissertação (Mestrado em Geografia Humana). Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.

- BRAY, S. C. "O Pensamento e o método na obra de Pierre Monbeig – análise dos trabalhos produzidos no Brasil nas décadas de 30 e 40". *Revista de Geografia da UNESP*, Volume 2, São Paulo, 1983, p. 83-90.
- CAPEL, H. *Filosofia y ciencia en la Geografía Contemporánea*. Barcelona: Barcanova, 1981.
- CASTRO, J. de. *Geografia da Fome*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- CHAYANOV, A. V. *La Organización de la Unidad Económica Campesina*. Buenos Aires: Nueva Visión SAIC, 1974.
- COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. *Conflitos no Campo Brasil 2001*. Goiânia: Loyola, 2002.
- DOM MAYER, A. C. et al. *Reforma agrária: questão de consciência*. São Paulo: Vera Cruz, 1960.
- ETGES, V. E. *Geografia Agrária: a contribuição de Leo Waibel*. São Paulo, 1997. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo.
- FERNANDES, B. M. "Questões teórico-metodológicas da pesquisa geográfica em assentamentos de reforma agrária". *Boletim Paulista de Geografia*, nº 75, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1998, p. 83-129.
- GONÇALVES, C. W. P. "A geografia está em crise. Viva a geografia!". *Boletim Paulista de Geografia*, nº55, Associação dos Geógrafos Brasileiros, São Paulo, 1978, p. 5-29.
- GONÇALVES, C. W. P. *Da Geografia às Geo-grafias*. Texto apresentado na II Conferencia Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales. Grupo de Trabajo de Economía Internacioanal. Universidad de Guadalajara, México, 21-22 de Noviembre de 2001. mimeo. 41p.
- KROPOTKIN, P. "Teoria e Método". *Seleção de Textos*, São Paulo: AGB, nº13, , 1986.
- LACOSTE, Y. Le passé des territoires. *Herodote*, n. 74, 3º trimestre, p.3-5. 1984.
- LACOSTE, Y. "A pesquisa e o trabalho de campo: um problema político para os pesquisadores, estudantes e cidadãos". *Seleção de Textos*. n.11. São Paulo: Associação dos Geógrafos Brasileiros, agosto de 1985.
- LÖWY, M. *As Aventuras de Karl Marx contra o Barão de Münchhausen*. São Paulo: Busca Vida, 1987.
- MARTINS, J. S. *Os Camponeses e a Política no Brasil*. 4ª edição. Petrópolis: Vozes, 1990.
- MARTINS, J. S. *O Cativo da Terra*. 6ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- MONBEIG, P. *Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo*. São Paulo: HUCITEC/Polis, 1984.
- OLIVEIRA, A. U. *Contribuição para o estudo da geografia agrária: crítica ao 'Estado Isolado' de Von Thünen*. Tese de Doutorado, Departamento de Geografia, FFLCH/USP. São Paulo, 1978.
- OLIVEIRA, A. U. *A agricultura camponesa no Brasil*. São Paulo: Contexto, 1991.
- OLIVEIRA, A. U. "Mitos e verdades sobre o campo". *Jornal Brasil de Fato*, São Paulo, ano 1, nº 23, 7 a 13 de agosto de 2003.
- OLIVEIRA, A. U. "O Século XXI e os conflitos no campo: modernidade e barbárie". *CPT – Conflitos no Campo Brasil 2001*. Edições Loyola, Goiânia, 2002. p. 26-29.
- PAOLIELLO, R. M. *Posse da Terra e Conflitos Sociais no Campo*. Texto baseado em *Conflitos Fundiários na Baixada do Ribeira: A Posse como Direito e Estratégia de Apropriação*. Campinas, 1992. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. UNICAMP.
- RECLUS, É. "A natureza da geografia". In: ANDRADE, M. C. de (Org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- RÉCLUS, É. "A Origem da família, do Estado e da propriedade". In: ANDRADE, M. C. de (Org.). *Élisée Reclus*. São Paulo: Ática, 1985.
- SANTOS, M. *Por uma Geografia Nova*. 3ª edição. São Paulo: HUCITEC, 1990.
- SÃO PAULO (ESTADO). Secretaria da Agricultura. *Revisão Agrária: Projeto de Lei nº 154/60*, São Paulo, 1960.
- VALVERDE, O. *Estudos de Geografia Agrária Brasileira*. Petrópolis: Vozes, 1985.
- VALVERDE, O. "Metodologia da Geografia Agrária". In: VALVERDE, O. *Geografia Agrária do Brasil*. Rio de Janeiro: INEP/MEC .1964. p. 11-37.
- WAIBEL, L. *Capítulos de Geografia Tropical e do Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 1958.
- WOORTMANN, K. Com parente não se neguecia: o campesinato como ordem moral. *Anuário Antropológico/87*, pp. 11–73. Brasília/Rio de Janeiro, 1990.